

## **007ª SESSÃO ORDINÁRIA 19FEV2015**

**(Texto com revisão final.)**

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Passamos às

### **COMUNICAÇÕES**

O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Professor Garcia está com a palavra em Comunicações.

**O SR. PROFESSOR GARCIA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, aproveito este período de Comunicações para fazer uma abordagem sobre dois temas. O primeiro é um assunto que nesses dois últimos dias começou a inquietar um pouco a cidade de Porto Alegre: recebemos várias reclamações em relação à água do DMAE, que nesses dois últimos dias está saindo com uma cor de barro das torneiras. Em Ipanema há um grito geral, pois está assim em todas as residências. Começamos a receber reclamações de inúmeras pessoas, inclusive algumas reclamando das roupas e das dificuldades. Também no bairro Rubem Berta, inúmeros moradores nos ligaram dizendo que a água da torneira está barrenta, alguns alegaram que, se lavar roupa na máquina de lavar, a roupa fica estragada, pois vai perder a cor original, principalmente em relação ao branco.

Queremos fazer esse chamado e pedir atenção especial ao DMAE, que sempre foi um departamento modelo em nossa Cidade, nesses últimos tempos liderado por Flávio Presser, que fez um excelente trabalho, e hoje foi convidado pelo Governador para ir para o Governo do Estado cuidar da Corsan. Venho aqui, de público, fazer este relato e, ao mesmo tempo, pedir que o DMAE dê uma explicação para a população da nossa Cidade sobre o que está ocorrendo com a água nesses últimos dias. Principalmente, porque agora tem uma campanha da Amrigs, uma campanha do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul dizendo: “Não beba água parada, beba água da torneira”, fazendo uma alegação de que as pessoas não têm que beber as diversas águas minerais que estão por aí. Eu

---

pergunto e deixo o desafio aqui para a Amrigs e o Simers: é essa água da torneira que nós vamos beber? Paro por aqui; fiz o relato porque acho que é importante. Esse é o nosso dever como Vereadores.

O outro questionamento que eu quero fazer é uma preocupação que eu e inúmeros Vereadores tivemos no carnaval de Porto Alegre – muitos inclusive estiveram no camarote da Câmara –, um belo evento. Um dos questionamentos que estão sendo feitos pela Cidade é: o que houve com a empresa vencedora da licitação, com direito de colocar o carnaval de Porto Alegre na televisão e que não o fez? Foi a RBS. A RBS delegou à TVCOM. Na terça-feira, tradicionalmente a TV coloca os resultados locais. Quem clicou a RBS viu que os resultados eram das escolas de samba de São Paulo. Querem nos importar mais isso ainda? Eu gostaria que a Liga Independente das Escolas de Samba de Porto Alegre, liderada pelo Juarez, viesse à Câmara para explicar. Até porque nós sabemos que a Liga recebe dinheiro – é um bom dinheiro; não sei quanto, mas sei que é um bom dinheiro – para que o carnaval de Porto Alegre possa sair desse marasmo. Aos poucos está crescendo, mas, ao mesmo tempo, a população que não vai à pista de eventos, que fica em casa quer assistir. E agora só teve a oportunidade de ver pela TV Com. Eu gostaria de saber por que não foi televisionado. E ao mesmo tempo tem que ter uma cláusula; quer dizer, não adianta fazer reserva de mercado, carnaval não é reserva de mercado, tem a população, é de todos! Todo mundo diz que é uma festa popular. Se é uma festa popular, que toda a população tenha o direito de assistir – logicamente aqueles que gostam de carnaval.

E na terça-feira foi pior ainda, porque a própria TVCOM, que durante as duas noites..., na terça-feira, quem mudou o *dial* – hoje, com o controle remoto, todo mundo tem esse hábito –, nada. Ou seja, não tínhamos a informação, a não ser quem estava lá, ou através de telefone. E uma ou outra rádio aos poucos ia transmitindo. É um assunto da Cidade, um assunto latente, e, como Vereadores, temos essa obrigação. Então, de público, solicito ao nosso Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, Ver. Reginaldo Pujol, que convide a Liga das Escolas Carnavalescas para que venha e explique esta questão do carnaval de Porto Alegre, quanto foi pago... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...pela RBS para a Liga e se tem alguma cláusula. Senão é reserva de mercado. É muito fácil, compra os direitos e não deixa a população em seu todo ver. E

---

---

não é isso. Vou solicitar o apoio dos Vereadores para que isso não ocorra novamente no próximo carnaval. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.<sup>a</sup> Séfora Gomes Mota.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Nós íamos fazer um registro do absurdo que foi a votação do Comtu na manhã de hoje. Mais uma vez, Prof. Alex, como, infelizmente, para nós do PSOL, não é nenhuma novidade. Mas, no próximo pronunciamento da Bancada, discutiremos o tema da tarifa de ônibus.

Neste momento, eu venho a esta tribuna falar do verdadeiro descaso em que vive, Ver. Aírto Ferronato, Líder do Governo, a comunidade indígena Charrua na aldeia da Lomba do Pinheiro. Todos na Câmara conhecem o trabalho permanente que a Cacica Acuab, o Sérgio e os moradores da aldeia da Lomba fazem diante desta situação de negligência, de mais uma vez, a reprodução de uma discriminação e de uma violência histórica contra o povo indígena.

Como fruto dessa luta deles, eles conquistaram obras de infraestrutura na Aldeia Indígena Charrua Polidoro, na Estrada São Caetano, onde, a partir de uma intervenção, iam ser construídas nove casas e um posto médico. Eu estou com fotos aqui da obra (Mostra fotografias.), da placa inicial, obras de infraestrutura da aldeia Charrua, o montante, mais de R\$ 500 mil, que já foram liberados, e o término previsto para o dia 7 de fevereiro – que, obviamente, já passou. Mais, fotos do material abandonado no meio da comunidade, olhem aqui, obra de infraestrutura fundamental para poder construir as casas, material jogado. Nós estivemos lá, Vereador, na sexta-feira, a equipe do mandato e a Comissão de Direitos Humanos, para ver *in loco* a situação, registramos nestas fotos o abandono da obra. E mais: ontem ocorreu que um dos caminhões responsáveis pela obra de pavimentação encostou nos fios de alta tensão e gerou um curto-circuito. A comunidade está sem luz. E hoje, Ver. Cláudio Janta, a comunidade também está sem água! Então não tem água, não tem luz, não tem obra, não tem casa, não tem posto de saúde, depois de 500 anos de um povo massacrado, como foi o povo indígena: violentado, assassinado.

---

Quantas histórias nós conhecemos de uma barbárie que foi feita pelos portugueses contra os indígenas? Ainda em 2015, nós vemos essa situação de descaso.

**O Sr. Aírto Ferronato:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Obrigado, Vereadora. Eu concordo com V. Exa. quando fala em barbáries históricas contra o nosso povo indígena. A nossa aldeia Charrua vem de muitos anos demandando, primeiro, um espaço, uma área para a instalação da aldeia, e isso nós conquistamos aqui na Câmara, votamos um projeto de iniciativa do Executivo e com apresentação de propostas e voto de todos os Vereadores. Portanto, foi o primeiro passo. Eu estive pessoalmente na aldeia há vários meses, e agora, inclusive, nós estamos tratando da questão da estrutura global. E só para comunicar V. Exa., já conversei pessoalmente com o Prefeito, solicitando a ele que marque uma reunião com a Cacica e seu povo com o Prefeito para conversarmos sobre a questão. Portanto, o Prefeito está atento a todo o processo. Obrigado.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Obrigada, Ver. Ferronato. Acho que uma reunião seria muito positiva, e nós estamos fazendo um Pedido de Providências também para o DEMHAB – eu trouxe cópia –, mas nós queremos essa atuação, porque, em última análise, a responsabilidade da obra é do Governo, que já era para estar pronta, já houve a liberação dos recursos, já se passaram doze dias, e não só a obra não está pronta, como ainda falta luz, ainda falta água e ainda falta muito para começar a reparar historicamente o que foi feito aos indígenas, aos negros e negras do nosso País.

Para nós, do PSOL, essa luta em defesa dos povos originários é uma luta fundamental, e a aldeia Charrua é bem próxima, fruto dessa luta de nove anos, que conquistou esse projeto de lei, mas que não basta estar na letra fria da lei; é, portanto, fundamental ter as casas e ter a infraestrutura.

Obrigada, Presidente. Obrigada pela atenção de todos e de todas, e nós fortalecemos a nossa disposição de estarmos nessa luta também. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Kevin Krieger está com a palavra em Comunicações.

---

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, o Professor Garcia trouxe, na sua fala, aquilo que eu também pensei em falar, e nós temos que nos somar, sim, porque eu compactuo da indignação de não ter transmissão ao vivo do grupo especial do nosso carnaval, somente pela TVCOM, a qual a maioria das pessoas não têm acesso. O Intermediário A e o grupo de acesso, em nenhum momento, foram transmitidos por nenhuma emissora. E o nosso grupo especial somente pela TVCOM, e a maioria das pessoas não tem acesso a esse canal.

E, como também falou o Professor Garcia, na terça-feira, tivemos que assistir à apuração do carnaval de São Paulo. O que nós queremos com o carnaval de São Paulo, Ver. Janta? Não temos interesse nenhum no carnaval de São Paulo. Nós temos interesse na nossa cultura, nós temos interesse no nosso carnaval, que precisa avançar, sem dúvida nenhuma. E, também, há a questão da Liga e dos contratos com as redes de televisão que precisam ser colocados para nós, Vereadores, para que possamos colaborar nesse processo. O que não dá é que a gente fique esperando a apuração, e que a apuração venha do carnaval de São Paulo. Nem as rádios transmitiram ao vivo. E nós tivemos que ficar nos comunicando com as pessoas que estavam lá, e, se eu não me engano, acho que teve um *site*, que tem a ver com o carnaval, que estava tentando colocar as notícias ao vivo; se eu não me engano, é o Setor 1, que deu um pouco de visibilidade a esse processo. Sem dúvida nenhuma, o carnaval de Porto Alegre saiu prejudicado. As pessoas que não tiveram condições de pagar para assistir o carnaval ficaram sem ter como acompanhar as nossas escolas. E a comunidade, representada por cada escola como a Restinga, como a Imperatriz da Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, como a IAPI e tantas outras escolas, é imensa.

**O Sr. Cláudio Janta:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Kevin, aproveitando, já que o Ver. Garcia, o senhor e vários colegas que estiveram nesta tribuna falaram sobre o tema, quero dizer que esse é um tema que está indignando a todos nós, Vereadores, e a população de Porto Alegre. Eu acho que nós temos que chamar a Liga aqui, o Secretário de Cultura também, para darem esclarecimento a esta Câmara de Vereadores, já que o carnaval de Porto Alegre é uma Parceria Público-Privada, pois é a Prefeitura que fornece toda a estrutura para o carnaval sair. E a Liga, simplesmente, faz os contratos com uma empresa de televisão, com o fornecedor da bebida; e cobraram um

---

---

absurdo das pessoas para vender bebida e lanche lá, e o Ver. Cleiton teve que intervir em alguns casos. Então, eu acho que nós temos que chamá-los aqui para darem esclarecimento, porque foi dinheiro público que estava lá. O povo de Porto Alegre que não pode ir à Avenida queria assistir, principalmente o resultado; não queria ouvir somente que a Imperador é a campeã. Nós queríamos saber quem era o vice, quem foi rebaixado, queríamos saber a história do carnaval de Porto Alegre, ver a vibração. Muito obrigado.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Obrigado, Vereador.

**O Sr. Idenir Cecchim:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Sr. Presidente, eu pediria, se fosse possível, já que o assunto é de interesse de todos, que se dê um minuto para cada aparte. Ver. Kevin, eu acho que o carnaval de Porto Alegre precisa ser mais transparente. Nós estamos pedindo, agora, para que o acampamento Farroupilha, a Semana Farroupilha de Porto Alegre - chamamos o MTG e estamos chamando a Secretaria de Cultura também -, abra este livro, e vamos ver o do carnaval também. Não basta a Prefeitura dar um bom dinheiro para o carnaval de Porto Alegre, mas que seja mostrado para onde vai, quanto se arrecada, e aquilo que já se falou aqui, quanto é que a Liga recebeu da televisão para não aparecer.

**O Sr. Bernardino Vendruscolo:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Kevin Krieger. Na verdade, o Ver. Cecchim já falou mais o menos o que eu iria falar. Durante o recesso, encaminhei, pela terceira vez, um requerimento, que é um documento interno e que tem prazo para ser cumprido. Se o Secretário vier, eu pediria, sendo possível lembrá-lo, que trouxesse os documentos dos CCs Farroupilha, dos anos anteriores do carnaval, para que a gente possa dar uma olhadinha, porque o nosso trabalho é fiscalizar; agora, tem que facilitar a fiscalização, porque, senão, de novo, nós teremos que ir ao Ministério Público. Obrigado, Vereador.

**A Sra. Fernanda Melchionna:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Kevin Krieger, agradeço o aparte. Quero trazer outro tema, sobre as estruturas temporárias – eu e o Ver. Prof. Alex protocolamos hoje um Pedido de Informações. Há 11 anos, se constroem e se desmontam as estruturas temporárias para o carnaval de Porto

---

---

Alegre. Já não era para ter, com a construção do Complexo Cultural do Porto Seco, a construção permanente de arquibancadas? Afinal, é para abrigar o carnaval, além da utilização do espaço o ano inteiro. Quanto está se gastando, em 11 anos, com a montagem e a desmontagem dessas arquibancadas? Teve licitação, quem monta, quem não monta? Soma-se às críticas e aos Pedidos de Informações, de fiscalização de todos os aspectos relativos ao carnaval, a questão da concessão para uma rede de televisão.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Obrigado.

**O Sr. Delegado Cleiton:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Kevin Krieger, serei rápido. Entrei em contato com o Juarez, Presidente da Liga, e ele se colocou à disposição para vir fazer esclarecimentos. Em princípio, ele me falou que a RBS tem um contrato de direito de uso de imagens, e, para isso, paga um valor “x” para cada escola; e, este ano, ela resolveu não passar. Então foi uma atitude unilateral da RBS, que será revista, agora, na próxima reunião com os presidentes – três presidentes já se colocaram à disposição para que se abra para outras emissoras.

**A Sra. Sofia Cavedon:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Apenas para ter, também, a posição do PT, nós somos absolutamente contrários aos monopólios. A consequência é sempre esta: é determinado pela emissora que fica como a dona. Lamentavelmente, vemos isso em nível nacional também.

Quero convidá-los a lutar contra os monopólios da grande mídia, para que se trabalhe a democratização da mídia neste País. Nosso carnaval foi atingido, não só aqui.

Lembro, colegas, que nós já vivemos isso na feira do material escolar. Uma só pessoa é escolhida para fazer a feira, e, se ela decidir que não é conveniente, ela não faz, e a Prefeitura e a sociedade ficam na mão. Então acho que a dimensão é um pouco maior. Acho que é um absoluto desrespeito, às nossas comunidades e ao esforço das nossas escolas, o que aconteceu este ano.

**A Sra. Jussara Cony:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Acho que V. Exa. traz, assim como outros colegas, um assunto importantíssimo. Eu falo como Vereadora, como cidadã e como carnavalesca. Eu sou fundadora da Imperatriz Dona

---

Leopoldina, sempre fiz carnaval, desde os meus oito anos, sou há 24 anos baiana da Imperatriz, e achei um absoluto desrespeito com a população, com a cidade de Porto Alegre e com a maior festa popular do mundo - o nosso carnaval - nós não termos a transmissão para aqueles que estavam fora ou que não puderam vir. É um desrespeito, é um preconceito! Na nossa concepção, esse monopólio da mídia, como a Ver.<sup>a</sup> Sofia colocou muito bem, nos leva a entender que temos que ter várias reformas na política, mas também a democratização da mídia. Obrigada, Vereador.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Obrigado. Eu também fiz questão de reforçar a fala do Ver. Garcia, porque fiquei muito indignado, na terça-feira, quando sintonizei nas emissoras de televisão e não vi a nossa apuração do carnaval. Sem falar que não foram capazes de dizer quem tirou segundo, terceiro, quarto lugar, quem caiu. Isso é importante para todas as nossas comunidades.

Mas acho que tivemos uma pauta positiva. A Câmara de Vereadores se organizou e nos deu a oportunidade de participarmos do carnaval. Então quero parabenizar a Presidência desta Casa pela organização em relação ao camarote que tivemos à nossa disposição para participarmos do carnaval. Graças, talvez, a isso, mais Vereadores se envolveram nessa festa popular da nossa cultura... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

**O SR. DR. THIAGO:** Caro Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, hoje estamos terminando, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, Ver.<sup>a</sup> Jussara, a confecção do nosso relatório final da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, o que farei nos 15 minutos do Grande Expediente, quando terei condições de aqui explicitar as diversas reuniões que nós tivemos, os resultados, as conclusões que tiramos e a minha visão, como Presidente da Comissão, sob os aspectos da Saúde da Cidade. Mas isso eu vou deixar para um segundo momento.

---

Abordo, hoje, um tema candente. Eu atuo como obstetra há quinze anos, e continuei mesmo durante as atividades desta Casa, como Presidente, continuei fazendo plantão e atendendo as gestantes na hora do parto. Quero expor minha profunda preocupação com as regras externadas pelo Ministro Chioro para os próximos seis meses. O INS quer, por decreto, determinar o que só os profissionais de saúde, só os médicos, as enfermeiras e as parturientes podem determinar para o parto, por decreto. É isto que efetivamente está acontecendo!

Hoje nós temos - claro que em alguns locais - níveis de cesariana exacerbados, que se dão, muitas vezes, não são só por condições econômicas, porque dizem que o médico ganha mais fazendo cesariana. Isso é uma inverdade. Muitas vezes, os profissionais acabam cobrando um valor muito maior pela assistência ao parto normal, pelo tempo que estarão à disposição, junto as gestantes.

Então, estabelecer por decreto o que vai ser parto normal e o que vai ser cesárea não é só indigno, não só fere o direito de escolha, muita vezes, das mulheres que podem, sim, ou por motivo subjetivo, ou por um trauma, ou por uma dificuldade anterior à própria gestação, ou por problemas até em função de abusos. E com os níveis de infecção que se tem hoje, esse decreto também fere a possibilidade de se ter uma indicação absoluta e severa da via de parto. Então, eu quero trazer esse tema à baila. Eu acho muito importante que nós possamos, dentro dos Legislativos, questionar profundamente a liberdade profissional. Esse mecanismo burocrático fere a liberdade profissional dos colegas: a indicação médica, a indicação da equipe de saúde pela via de parto. Isso, sem dúvida nenhuma, não pode ficar em segundo plano, porque, se isso efetivamente acontecer, nós vamos, muitas vezes, colocar em risco as vidas da mulher e da criança, e nós precisamos ficar muito atentos a isso.

Alguns gestores esquecem que um dos principais princípios do SUS seja o acesso ao sistema de saúde, seja o acesso ao tratamento eticamente correto, tecnicamente correto e melhor para aquele binômio, no caso da obstetrícia, da mãe do nenê. Então, só quem sabe e sofre efetivamente, no transcurso do trabalho do parto, é a mulher e o seu familiar. Os profissionais de saúde, com a angústia de estarem lá, é que devem e têm que poder, de forma livre, decidir qual é melhor via de parto para essa mulher e para esse nenê.

---

Então, quero externar aqui a minha profunda preocupação com isso e dizer que, sem dúvida nenhuma, é importante que a sociedade, cada vez mais, questione essas formas arbitrárias de se determinar procedimentos na Saúde.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra em Comunicações.

**O SR. RODRIGO MARONI:** Quero saudar o Presidente dos trabalhos, Ver. Mauro Pinheiro; o Ver. Delegado Cleiton, que saiu em 35 escolas de samba, e uma saudação especial à nossa baiana desde sempre, Jussara Cony, que é baiana há 24 anos. Em 2008, Ver. Cleiton, desfilei em oito escolas de samba – em quatro na sexta, três no sábado e uma no domingo, que foi a União da Tinga. Foi uma experiência muito bacana, como é o carnaval, que vai muito além da beleza, da estética, tendo como principal o momento em que as pessoas mais simples e mais populares se apresentam como figuras importantes diante do olhar da sociedade. Eu comentava ontem com a Jose que a filha da faxineira é a principal artista naquele momento; que o auxiliar de pedreiro, naquele momento, pode ser um grande passista, e isso que é fundamental no carnaval e por isso a sua importância. O carnaval tem o papel de colocar as coisas como, de fato, deveriam ocorrer na vida, que é em situação de igualdade, porque não tem poder, não tem riqueza, não tem dinheiro que diferencie as pessoas nessa nossa breve vida. Infelizmente, nós temos uma cultura que coloca essa diferença, e o carnaval é o momento em que todos se igualam. Mas eu quero falar para além do carnaval, e quero parabenizar todos os colegas que estiveram lá, que eu sei que não foram somente o Mauro, o Cleiton e a Jussara; vi quase todos, o Garcia, entre outros, que estiveram lá. Vi fotos e acompanhei.

Quero falar um pouquinho de duas questões, de forma muito breve, porque o tempo é curto aqui no período de Comunicações. Uma, que me chama a atenção – e eu passei os últimos três ou quatro anos lendo bastante sobre ela –, e, inclusive, falado com o Ver. Dr. Thiago, que deveríamos fazer uma frente parlamentar com relação à criança com oncologia, mas também fazer uma frente parlamentar com relação às pessoas com doenças psiquiátricas para uma reforma psiquiátrica. Hoje, a reforma psiquiátrica é necessária, porque nós vivemos numa sociedade doente. De cada dez pessoas – Alberto,

---

pág. 10

---

tu que cuidas de segurança, sabes disso –, oito pessoas têm algum tipo de doença: ou bipolaridade, ou esquizofrenia ou alteração de humor. Vocês imaginem que a gente vive numa sociedade onde a maioria está doente em todos aspectos e sentidos. Eu estava olhando alguns dados, para vocês terem ideia, todos os dias 28 brasileiros se matam, cometem suicídio. Aumentou em 40% o número de crianças, na idade de 10 a 14 anos, que se suicidam por ano! Quarenta por cento! São 33% de jovens, de 15 a 19 anos, Dr. Thiago, que cometem suicídio.

**O Sr. Dr. Thiago:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Realmente, Ver. Maroni, o que V. Exa. traz aqui é uma coisa muito importante. Nós temos uma epidemia de suicídios muitas vezes não divulgada. Para o senhor ter uma ideia, quase um terço das mortes violentas são suicídios. E, realmente, nas crianças e nos adolescentes, muitas vezes traduzem uma situação de *bullying* nas escolas, de *bullying* na sociedade, que a gente precisa, a cada dia, ressaltar mais e evitar. Parabéns pelo seu pronunciamento e pela reflexão que o senhor traz a todos nós no dia de hoje.

**O SR. RODRIGO MARONI:** Eu lhe agradeço e quero muito aprender com o senhor porque sei que V. Exa. tem muito mais acúmulo do que eu sobre esse assunto. Só para complementar o que o senhor falou... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Com relação à questão que eu falava sobre a reforma psiquiátrica e sobre as crianças, é lamentável essa situação! E mais, hoje, os pais não dão atenção para frases que parecem ser da adolescência, Prof. Alex, como, por exemplo: “Eu não aguento mais”; “Eu quero sumir”; “Eu quero morrer”; ou quando o adolescente se tranca no quarto. Isso, sim, muitas vezes, é um indício de suicídio, Dr. Thiago. Tem a questão de que é uma fase: “Ah, isso é uma fase, vai passar”. E o que precisa é de acompanhamento, é de atenção. É aquele minuto de conversa para mostrar que pode, sim, passar.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

---

**A SRA. LOURDES SPRENGER:** Sr Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, inicialmente quero fazer um registro, cumprimentando o nosso Presidente por ter conseguido um espaço, onde fomos bem acolhidos para assistir às escolas do carnaval; agora, há uma polêmica. Uma prestação de contas, com transparência, sobre as despesas do carnaval foi muito bem defendida pelo Ver. Professor Garcia e por outros.

Hoje, quero dizer publicamente que eu concordo com uma frase do Sr. Prefeito numa declaração repercutida na rádio Gaúcha, no jornal Zero Hora e na rádio Guaíba, na qual ele diz: “Há Secretários que se acham donos de suas Secretarias...” Pois bem, gostaria de complementar: há, inclusive, casos de Prefeitos que se acham donos da cidade; como ex-secretários que saem das pastas e continuam inibindo os que ficaram, dando sugestões, inclusive, de decoração... Isso é uma questão que observamos na vida política das cidades, dos Estados e do País. Tem longas histórias que a gente acompanha que são até hilárias.

Mas eu quero falar sobre o requerimento que apresentei, ontem, convidando o Secretário da Fazenda para esclarecer pontos sobre a questão orçamentária da Prefeitura de 2014 que me deixaram com muitas dúvidas. O ex-Secretário e Ver. Carlos Casartelli levantou várias questões nas redes sociais, depois na própria imprensa, referentes ao Fundo da Saúde, depois de ter observado que não há nem receita prevista, nem realizada em junho do ano passado. Também, ontem, o mesmo Vereador e ex-Secretário registrou, no Twitter, que falta assinar um contrato de gestão entre a Secretaria da Saúde e o IMESF, uma luta que certamente será vencida para terminar com os infundáveis aditivos. E ainda disse o ex-Secretário, após afirmar várias vezes que não teria recursos para suplementar o Fundo de Saúde, que a Secretaria Municipal da Fazenda fará a complementação necessária. Essa afirmação tem correlação com outra do próprio ex-Secretário. Também cabe à Fazenda explicar por que não autoriza os pedidos de liberação da Secretaria Municipal de Saúde, quando acharam os R\$ 150 milhões no Fundo da Saúde sem vinculação de gastos já comprometidos. Também da discordância do repasse do Hospital de Clínicas devemos ter esclarecimentos da legalidade ou não. Sobre a interferência da Secretaria da Fazenda no financiamento da Saúde, que interferência é essa? Quem deve ser o gestor do Fundo da Saúde? Por fim, com muitas dúvidas sobre a afirmação do ex-Secretário como “poder federal e poder fazendário impedem secretários municipais da saúde de executarem o que é necessário, mas é uma realidade perversa”.

---

Nos últimos dois anos, participei da COSMAM, sob a presidência do Ver. Dr. Thiago, visitamos várias unidades de saúde e vimos que a realidade é muito perversa com o cidadão que precisa de cirurgia, que precisa de consulta, que precisa de atendimento. A indignidade contra o cidadão não tem limite! O cidadão tem direito à saúde garantido pela Constituição Federal, mas não passa de um simples número nas estatísticas dos gestores públicos. Eu também quero registrar uma contradição: ontem, o Prefeito, nas explicações, disse que não há corte nas verbas de saúde, mas o Secretário diz que verbas não são liberadas e os compromissos da saúde não são pagos, e aí incluem-se medicamentos, entre outros. Então, realmente, o meu requerimento procede e precisamos ouvir o Secretário da Fazenda para trazer todos esses esclarecimentos, porque essa é a nossa função: fiscalizar o Executivo. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero registrar que o Comtu perde mais uma vez uma grande oportunidade, pois é um conselho de transporte, em tese, representativo das entidades da sociedade civil, dos estudantes, dos moradores, de quem poderia problematizar um encaminhamento supostamente técnico que vem da ATP, depois pela Prefeitura. Quando chega nesse órgão representativo, haveria um espaço – e deveria ter – de problematização do conjunto dos elementos que incidem numa determinada planilha e num determinado reajuste de passagem. Eu me espanto que o Comtu tenha se resignado a reduzir R\$ 0,02 e não problematizado com a Prefeitura e não publicizado, quem sabe chamando uma audiência pública, quem sabe fazendo uma consulta, quem sabe problematizando algum item, que é o papel de um conselho representativo da sociedade: provocar com transparência o que é um serviço público, que uma concessão tenha apropriação da sociedade, apropriação dos implicados, dos usuários do transporte coletivo.

A Lomba do Pinheiro, em reunião ontem à noite, retomava o tema do transporte e vem fortalecer a nossa convicção de que, se a Prefeitura não tiver o controle de gestão, o controle do Fundo, o controle dos dados tarifários, ela não vai conseguir fazer as

---

intervenções estratégicas e necessárias na cidade de Porto Alegre. No ano passado, a Prefeitura fez uma consulta em toda a Cidade, no Orçamento Participativo, Ver.<sup>a</sup> Lourdes. A Lomba do Pinheiro é uma das comunidades que mantém um conselho popular, e a reunião do conselho popular é com todos os partidos. “Ah, são os petistas!”. Não, tem lideranças de todos os partidos. Eles organizaram um documento, apresentado ao Prefeito no ano passado, e esse documento propõe várias intervenções na Lomba, ampliações, a presença da Carris, trazendo a dramática problemática – dramática! – da Lomba do Pinheiro, como na questão dos estudantes, pois a Lomba tem uma escola de ensino médio, tem pouquíssimas turmas de educação infantil. As crianças em grande número pegam o ônibus; as estradas da Lomba do Pinheiro não têm acostamento, então as crianças caminham à beira da rua junto com ônibus, junto com carros, e há um circular estudantil que é sempre um problema, é limitadíssimo. E há um gargalo na Lomba do Pinheiro: como se sai da Lomba do Pinheiro em horário de pico? Os trabalhadores levam uma hora para sair da Estrada João de Oliveira Remião e entrar na Av. Bento Gonçalves, para conseguir se deslocar na cidade de Porto Alegre. Isso não é desconhecido dos senhores e das senhoras, Vereadores e Vereadoras!

Agora, para a Prefeitura conseguir ter intervenções importantes em linhas que têm na Lomba do Pinheiro, em ampliação de linhas, ampliação de circulares, há inúmeras necessidades de adequações em paradas – não tem quase nada senão uma pequena maquiagem em determinada parada. É um documento público, está com a Prefeitura, foi tratado em reuniões do Fórum do Orçamento Participativo, não tem resposta à manifestação, à organização popular da Lomba do Pinheiro. Nós poderemos ter problemas seriíssimos no início do ano, como no ano de 2011, quando pararam a Bento Gonçalves.

Então, de um lado há um Comtu que não ajuda, não apoia, não problematiza, não responde ao movimento social, há a própria Prefeitura, problematizando essa planilha, da qual nós ainda não temos transparência; de outro lado, há a dificuldade de a Prefeitura gerir esse “mandrake” que está aí, esse cartel das empresas de ônibus que zeram as licitações, que impedem uma revisão, uma qualificação do sistema.

Então, concluo dizendo, mais uma vez, que a Lomba quer uma Carris aqui, um T na Lomba do Pinheiro. Encerro insistindo: ampliação das linhas da Carris, presença em

---

todas as regiões e mudança da forma; capturar o controle do fundo, dos dados tarifários do Tri é importantíssimo para mudar essa situação.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. ALBERTO KOPITTKKE:** Caros colegas, muito boa tarde, nosso Presidente Mauro Pinheiro; agradeço ao nosso Líder, Ver. Marcelo Sgarbossa, que me cedeu o tempo, também à Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, do nosso partido. Aproveitando a semana mais amena, estamos na quinta-feira, eu quero falar de um assunto também ameno e positivo para a nossa Cidade – eu fiquei muito feliz. Nós falamos sempre aqui dos problemas da violência, dos problemas da Segurança pública. Ontem, esse foi um dos grandes temas da tarde aqui.

Mas eu, hoje, gostaria de fazer uma homenagem, uma saudação à iniciativa do Internacional – eu sou gremista, com muito orgulho –, na figura do seu Presidente Piffero, pelo Gre-Nal com torcidas conjuntas, que ocorrerá no dia 1º, no outro domingo. Realmente, é uma iniciativa histórica que merece o aplauso de todos nós. Nós costumamos sempre ver os problemas e acabamos dando pouca atenção para as boas iniciativas.

Ano passado, eu escrevi um artigo, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, propondo torcidas conjuntas, quando se falou em fazer Gre-Nal com torcidas únicas: só a torcida do Grêmio, no estádio do Grêmio; só a torcida do Inter, no estádio do Inter. Eu fiz um artigo defendendo que nós tínhamos que fazer, como em vários estádios da Europa, um jogo com torcidas integradas. Foi bem polêmico esse artigo. Eu recebi uns 80 comentários, e metade deles me chamava de maluco, de utópico: “Ah, não sabe nada da realidade, é um sonhador!” Qual não foi a minha alegria ao ver a notícia nos jornais de que os malucos se somaram e decidiram mudar a realidade propondo essa estratégia, que ninguém pode ter certeza se vai ser 100% pacífica, mas apostaram forças. Eu estou mobilizando toda a minha família. Meu pai é colorado, o Dr. Winogron, vai comigo, eu vou com a camisa do Grêmio, e nós vamos todos para o estádio comemorar não o gol do Inter ou do Grêmio, mas a paz. Eu acho que esse episódio nos diz muito: diz que é possível, sim, superar a violência. Mas,

---

pág. 15

---

para superar a violência, nós temos que ter ousadia de somar forças e tomar iniciativas que, até então, pareceriam impossíveis, mas que se tornam possíveis quanto alguém tenta.

(Aparte antirregimental do Ver. Kevin Krieger.)

**O SR. ALBERTO KOPITKE:** Comemorar eu também vou, mas, acima de tudo, a paz. Com certeza, a paixão pelos nossos times é muito saudável se ela sempre vier acompanhada de paz. E essa é a cultura que nós temos que mudar. Aproveito ainda, deixo para debate - e eu já conversei bastante com a Ver.<sup>a</sup> Mônica -, um projeto que já apresentei desde o início do mandato sobre entrada por controle biométrico nos estádios. Porque quem provoca briga sempre é uma minoria que acaba estragando o espetáculo, essa minoria acaba entrando no estádio reiteradas vezes, mesmo com a proibição da Justiça, e a saída para isso, que muitos estádios na Argentina e na Europa montaram, é a entrada com a digital. Qual não foi minha alegria ao ver, na semana passada, o Atlético Paranaense, que tinha vivido dois anos atrás um dos piores momentos de violência do futebol brasileiro dos últimos tempos, inaugurando na sua arena a entrada biométrica, com a comemoração dos torcedores, porque agilizou o processo, não é mais necessário imprimir ticket nenhum, e garantiu ainda mais a segurança. Acho que o futebol é muito importante porque ele é um símbolo da sociedade, é lá que a nossa juventude se identifica culturalmente, e esse símbolo do Gre-Nal conjunto é um símbolo, sim, a ser comemorado, que nos sirva de inspiração, que a gente experimente novas iniciativas de paz onde antes era impossível, e que se tornem realidade com a soma de esforços entre todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Registro a presença do Sr. Jair Backes, Conselheiro Tutelar da Microrregião 10.

O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra em Comunicações.

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Sr. Presidente e Srs. Vereadores, colegas funcionários desta Casa, senhores e senhoras que nos assistem aqui e pela TVCâmara, ontem

---

apresentamos uma Moção de Apoio aos concursados da Susepe – e eu falava em segurança como plano de Estado e não de Governo. Infelizmente, cada um tem um tipo de pensamento, ideologia e encaminhamento, e ontem vim aqui fazer uma defesa sobre a implementação dos territórios da paz pelo Governo Estadual e a não complementação do Governo Municipal. E ao mesmo tempo vejo criticarem as UPPs do Rio de Janeiro. Lá pelas tantas é quase a mesma coisa, senhores. Nenhum deles deu a infraestrutura. E se quisessem essa infraestrutura do Município, teriam que no mínimo pagar o atrasado do orçamento que era para ser repassado da saúde do Estado para o Município.

Mas vejamos, senhores. Hoje eu li o título: Lotação, favorita dos ladrões. Cem dias de lotação na Restinga, que era um sonho, uma luta tremenda daquela comunidade, uma luta desta Câmara Municipal, e já temos 40 assaltos! Cem dias, 40 assaltos! No período do Carnaval houve nove assaltos a bancos.

E ontem, senhores, eu estava assistindo uma reportagem sobre o Presídio Central, que foi construído em 1959 para uma lotação de 1.690 apenados e que hoje tem 3.995 apenados. Em outubro, tinha 3 mil, mas, pasmem, de lá para cá houve ainda um aumento de 10% no número de apenados. Porque o Governo passado resolveu - e eu acho muito justo, eu acho que tem que terminar com esse Presídio, esse Presídio não é digno de cumprimento de pena, porque cumprimento de pena não é jogar o ser humano num lugar que não tem recuperação, senhores, e ele era “a menina dos olhos” do Secretário da gestão passada – destruir o Presídio Central. Começaram pelos pavilhões C e D, foram 15 dias de obras, tiraram os presos, derrubaram a metade do pavilhão, e deixaram um espaço em que cabe a metade dos apenados, destruído, em ruínas, que só serve para jogarem celular, drogas e para gerar confusão entre os presos. Inclusive, há riscos pelo material que tem lá, como ferros e pedras. Esses 10% deveriam ser estabelecidos e direcionados para outras penitenciárias, que deveriam estar funcionando, mas essas penitenciárias, senhores, não os estão recebendo; os presos voltam e, pasmem, sem esse pavilhão, o número de presos já aumentou de 3.900 para 3.957. Ver. Nereu, o senhor tem trabalhado junto com a Professora Tânia, minha querida professora, esposa do nosso querido Promotor Paulo Olímpio, professora do Colégio Estadual Odila Gay da Fonseca, que faz um trabalho de ressocialização, então quero lhe dizer que, dessa forma, não tem jeito... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Quatro mil apenados num lugar que

---

---

deveria ter 700 e, numa área destruída, que fecharia, ainda colocarem 10% desses 4.000, número esse que está aumentando a todo o momento? Isso não é fazer Segurança pública, isso não é fazer política de Segurança pública de Estado. Nós temos que mudar isso. Chega de política de governos! Chega de política de ideologias! Temos que ser técnicos! A comunidade precisa de políticas públicas para a Segurança pública e políticas de Estado que deem continuidade. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra em Comunicações.

**A SRA. MÔNICA LEAL:** Vereador-Presidente Mauro Pinheiro; Vereadores e Vereadoras que estão aqui nos dando a sua honrosa presença, eu, antes de subir a esta tribuna, pensei um pouco sobre o tema que eu iria falar, porque, durante uma longa data, eu nunca tinha abordado sobre o tempo em que fui Secretária de Estado da Cultura e sobre o quanto eu fui perseguida injustamente por aqueles que sobem aqui nesta tribuna e fazem aquele discurso de ditadores, perseguição, preconceito. Esta Vereadora que aqui fala para vocês tem para dizer que, quando eu assumi o Governo Yeda Crusius, quando eu fui indicada como Secretária da Cultura, fui fortemente perseguida por um grupo de pessoas, por ser filha de militar, o que muito me honra, porque, graças a Deus, foi a disciplina militar e a educação rígida que eu recebi do meu pai, baseada em valores, dos quais estamos cada vez mais carentes, como o cumprimento da palavra, o rigor com o dinheiro público, que me fizeram chegar onde cheguei, tanto pessoalmente quanto politicamente.

Mas por que eu falo isso? Porque palavra dada, para mim, é palavra cumprida. E eu, como todos os senhores, também assisti ao discurso de posse da Presidente Dilma, quando eleita; Presidente essa que eu conheci quando fui Secretária da Cultura, quando ela foi Ministra Chefe da Casa Civil do Presidente Lula. Num evento, ela me encontrou e me fez apenas esta pergunta, reparem bem: “Secretária, o que a senhora fez com o arquivo da luta contra a ditadura militar?” Informei que estava sob os meus cuidados na minha Pasta. Ora, é claro que eu sabia a intenção daquela pergunta. Por eu ser filha de um militar, havia um receio não sei do quê. Porque, pela minha formação, é claro que eu,

---

pág. 18

---

imediatamente, cheguei à Secretaria da Cultura, mandei vir o acervo da luta contra a ditadura militar, digitalizei todo esse acervo e coloquei no Memorial à disposição de alunos e professores para que todos pudessem fazer pesquisas.

Mas por que eu digo isso? Porque, para mim, na minha vida, palavra dada é palavra cumprida. Vejam bem o discurso da Presidente Dilma, quando ela assumiu, no seu discurso de posse de 44 minutos. Entre outras coisas, frisou bem: a prioridade das prioridades é a Educação. Brasil, Pátria educadora. Todos os senhores e senhoras assistiram. Eu assisti. Por um segundo cheguei a ter uma esperança de que fosse prioridade da Presidente Dilma. Pasmem! Não foi! Não só não foi, como foi um caos, porque que o Governo Federal atrasa pagamento de escolas do Pronatec? Isso está em todas as manchetes, em todos os *blogs*, em todos os *sites*: “Governo atrasa pagamento de salários de professores.” Existem escolas, mais de 500 escolas em determinados lugares que vão ter que se desfiliar, porque estão com dificuldade, inclusive para comprar material; material básico, como cartolina, não estou falando em coisa mais pesada, mais necessária. Vejam bem, a União está repassando recursos para instituições de ensino que oferecem cursos dentro do Pronatec, uma das principais bandeiras da campanha Dilma Rousseff, sem exigir a necessária prestação.

Eu gostaria de finalizar dizendo, Presidente, que o Governo Federal alardeia e fala muito, diz coisas que não cumpre. Não existe palavra cumprida nesse Governo Federal. Vamos falar em segurança, prevenção; se faz na educação. Segundo o jornal Folha de São Paulo, o Ministério da Educação disse que as verbas estão bloqueadas e que o atraso no mês de janeiro, ou seja, desde outubro, novembro, dezembro, janeiro, o Pronatec não repassa os valores para as escolas, e que a demora se vê pela aprovação do Orçamento de 2015. Mas esqueceram de dizer aonde é que foi parar essa falta de pagamento de 2014? Finalizando, eu gostaria que os meus colegas Vereadores me ouvissem, principalmente a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, que veio a esta tribuna e disse a frase emblemática: problemas seriíssimos nós teremos no início deste ano! Ela se referiu ao Município; eu estou me referindo ao Brasil; ao Brasil que está desfazendo a educação, está com descaso na educação, que foi bandeira de campanha da Presidente Dilma: “Brasil, uma pátria educadora”! Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, pena que o Ver. Brasinha não esteja aqui, porque eu vou seguir no tema da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal; pena que a Bancada do PT não esteja aqui para se defender, porque, além das mentiras da Presidente Dilma, eu acho que o TSE... Eu fui muito incomodado pelo Tribunal Eleitoral aqui do Estado e pelo Tribunal Superior: por 90 dias, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, eu fui cassado, fui impugnado, fui tudo que possa ser “ado”, mas fui absolvido. Agora o Tribunal, se exercesse a seriedade de guardião da lei... E falam muito em *impeachment*, quem fala em *impeachment* é o Governo. Eu não vi ninguém da oposição até hoje, falar em *impeachment*. Nenhuma vez eu subi nesta tribuna aqui e falei em *impeachment*. Nenhuma vez vi o pessoal vir aqui e falar em *impeachment*, nenhuma vez vi aqui os Vereadores que criticam o governo falar em *impeachment*. Quem fala em *impeachment* é o PT; para se defender eles falam em *impeachment*. Ninguém falou em *impeachment*. Nós queremos que a Presidente cumpra o que prometeu. Se o Tribunal Superior Eleitoral fosse sério, o Tribunal Superior Eleitoral cassava a diplomação da Presidente e de vários Deputados que mentiram junto com ela, mentiram na campanha, fizeram novas eleições, porque venderam uma ilha de caras, venderam um mundo que não existia. A Presidente, tão covarde que é, ainda não criou, não pediu para o seu Congresso, que muitas vezes era capacho dela e agora não é mais, que já perdeu... Agora não falam mais em Reforma Política, porque o presidente da Reforma Política, não é o presidente da Reforma Política que eles queriam. O presidente da Reforma Política do Congresso Nacional no qual a Presidente mandava e desmandava, que deu milhões para acabar com a Lei de Responsabilidade Fiscal no final do ano, elegeu para presidir a Comissão que vai fazer a Reforma Política, o representante do DEM, um relator do PMDB e um Vice-Presidente da oposição. Então, eu acho que o dinheiro não está mais mandando; o que está mandado pelo jeito é uma postura a favor do povo brasileiro. E a Presidente, em vez de pedir para o seu Congresso Nacional criar a comissão para analisar a Medida Provisória 664, 665 - ela nem teve coragem de botar o número da besta na Medida Provisória, que tira direito dos trabalhadores, que ela disse que não ia tirar dinheiro, nem que a vaca tossisse. A vaca tossiu, a vaca mugiu e a vaca ajoelhou. Ela não criou, ela vai deixar a Medida Provisória

---

caducar. E ainda está lá no Congresso, na semana que vem. Ela está diminuindo o reajuste da tabela do imposto de renda. É uma vergonha: quem ganha R\$ 1.700 ter que pagar imposto de renda! Daqui a pouco, quem ganha um salário mínimo vai ter que pagar imposto de renda! Eu já tinha prometido à minha esposa, que também me cobra muito, porque eu falo muito sobre questões de Brasília, como se eu quisesse estar lá. E eu queria estar em Brasília – fui candidato a Deputado Federal –, falando isso na cara dela, mas eu sei que tem agentes aqui que vão levar isso para ela. Aqui no Rio Grande do Sul, ainda existem trincheiras contra as injustiças que são feitas ao povo brasileiro.

“Dilma Lalá e os 40 ladrões” é o novo adesivo que nós - a força sindical - estamos fazendo – já fizemos um, que eu estava usando. A Presidente Dilma não nomeia nunca o 40º ministro, porque daí parece Ali Babá e os 40 ladrões, já que tem roubalheira todos os dias, é roubo para cá, roubo para lá. Ela quer intervir na Polícia Federal...

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Cláudio Janta prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Agora, apelidaram uma PEC, como a PEC da Bengala. Quando cheguei em Brasília, pensei “que PEC da Bengala é essa?”, achando que alguns Vereadores aqui seriam beneficiados – eu, o Ver. Professor Garcia –, achando que deveria ter algum abono. É uma PEC sobre a nomeação de Ministros do Supremo Tribunal Federal pelo Governo. Para com isso! Quem tem que nomear ministro, quem tem que dar esse grande poder para ministro é o povo brasileiro. E o povo está lá no Congresso! Eu acho que o Judiciário, a Associação dos Juizes, a OAB e o Presidente indicam um nome, e o Congresso vota e bota lá o ministro. Agora, não pode o Presidente ter todos os Ministros do Supremo decidindo em seu favor. Essa é a PEC da Bengala, que acaba com essa sacanagem de o Presidente ficar nomeando. Então a Presidente deveria aproveitar e diminuir os seus Ministérios. Se não tem dinheiro, quer tirar dinheiro dos trabalhadores, quer tirar dinheiro do povo. Hoje nós cumprimos uma agenda oficial com o Governador do Rio Grande do Sul, com o Sartori, eu e a direção da Força Sindical Nacional o cumprimentamos pela redução do número de secretarias e pedimos que ele mantenha políticas públicas para o povo do Rio Grande do Sul e que os trabalhadores não paguem essa conta. Pedimos encarecidamente! E gostaríamos que a Prefeitura de

---

---

Porto Alegre não anunciasse hoje a posse de mais não sei quantos secretários! Eu já pedi desta tribuna algumas vezes que o Prefeito também diminuísse o número de secretarias, de CCs, como foi dito aqui nesta Casa, e até hoje não diminuíram nenhum! Porque não tem como tirar! A tal da governabilidade que inventaram e que não dá a maioria para o Governo aqui nesta Casa. Eu só vi um Vereador defender o Prefeito na briga com a ATP, quando o Prefeito disse que ia acabar com os consórcios, que vai defender que as empresas sejam individuais. O resto da sua base se calou, ficou quieta! Várias vezes vemos isso acontecer! Que governabilidade é essa? Quando vemos no Brasil a Petrobras, a maior empresa brasileira, ser destruída; o BNDS, o maior banco de investimento social do Brasil, sendo destruído; quando vemos lama e corrupção, e cada vez mais criarem cargos em comissão, mais ministérios, para favorecer a tal da governabilidade, que não existe! O currículo diz há quanto tempo estão ao lado do governante e não, ao lado do povo.

É o momento de nos preocuparmos com o povo de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul e brasileiro. Quando a gente faz um programa de governo, temos que cumpri-lo. A questão da passagem dos ônibus tem que ser discutida nesta Casa. Não adianta o Vereador ficar brabo, vir dar discurso de que meu amigo diz que não dá lucro, que meu amigo diz que quer devolver a empresa, que o meu amigo não sei o quê. Meu amigo! Seu amigo que devolva a empresa, que entregue a empresa, que trabalhe para o povo de Porto Alegre. Nós queremos um transporte digno, queremos um transporte justo, porque – volto a afirmar o que falei ontem aqui – ninguém fica com uma empresa que não dá dinheiro. Agora, um Conselho Municipal que tem projetos nesta Casa que não andam, para discutir esse Conselho; projetos nesta Casa que não andam para discutir um Conselho Municipal onde nada é resolvido, um Conselho Municipal que se reúne somente para fazer tarifaço da passagem de ônibus, que não discute paradas, não discute trajetos, não discute formas desse transporte coletivo, não discute linhas de ônibus, não discute nada. Esse Conselho não merece respeito da população de Porto Alegre, esse Conselho que já esteve aqui e se furtou de debater com os Vereadores, usando essa tribuna, não merece respeito mesmo. E achou que os Vereadores, quando esteve aqui, iriam se calar, e os Vereadores reafirmaram o que estou reafirmando aqui nesta tribuna, e outros reafirmaram: esse Conselho só serve para homologar aumento de passagem, e o povo não aguenta mais aumento de passagem. Nós queremos ver essa planilha aberta, essa

---

---

planilha entregue na nossa mão, antes do tempo. Por que isso não vem para cá antes? O dissídio dos rodoviários foi fechado há um mês, quase. O cálculo da planilha só incluiu o dissídio, por que não manda a planilha, antes, para a Câmara de Vereadores? Por que não há transparência nessa planilha? É isso que nós queremos. E não vamos admitir a população de Porto Alegre sofrendo, senhoras dentro de ônibus lotados, e os empresários cada vez ganhando mais! Porque ganham, ganham mesmo, porque, se não ganhassem, com certeza, não estavam explorando a população de Porto Alegre. Se o transporte não rendesse em Porto Alegre, com certeza, eles não estavam explorando há tanto tempo esse transporte coletivo, que é o transporte de ônibus, lotação, e muitos que já estão atuando até nos táxis, tendo centenas de táxis em Porto Alegre.

Com muita força, fé, determinação e esperança, nós vamos continuar lutando para melhorar a vida do povo de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O Sr. Cláudio Janta (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente de hoje para a próxima Sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. RODRIGO MARONI:** Quero trazer aqui outro tema, além da reforma psiquiátrica, que, durante este ano, irei aprofundar: a questão dos animais. Esse é tema que tenho tratado junto a Ver.<sup>a</sup> Lourdes e temos feito um levantamento para ver – além das iniciativas da SEDA, que é uma Secretaria de referência nacional, pois é voltada aos animais – quais iniciativas podemos tomar, além do castramento e da própria SAMU que há para os animais hoje.

Eu tenho dados que demonstram a situação em que se vive hoje. O mês do Natal é um mês que aumenta em 30% o abandono dos animais. Ver.<sup>a</sup> Lourdes, tu que és a minha parceira nessa causa, entre outros aqui que também a defendem, eu não consigo utilizar o Parlamento, simples e puramente, não é Fernanda? Temos que utilizá-lo para dar

---

visibilidade a causas que realmente necessitam. Eu não consigo perder a sensibilidade com relação a essa questão dos animais. Quando estou na rua – não que esteja sempre recolhendo um cachorro ou um gato –, acho que temos que procurar, na medida do possível, fazer o que é possível: doar, recolher um animal que está machucado, tentar encaminhar para uma instituição, dar o encaminhamento de fato. Para vocês terem uma ideia, são cerca de 10 milhões de gatos e 20 milhões de cães; e 10% desses são abandonados. E um dado que é muito relevante: um cachorro que viva até os 14 anos tem cerca de 64 mil descendentes. Ou seja, um cachorro gera 64 mil descendentes. E um gato que viva até 20 anos gerará 420 mil descendentes. Então, são números que nos provam o quanto esses dados, para além da questão dos animais, são muito relevantes para a Saúde pública e para o Estado resolverem.

Na Declaração de Bruxelas, para finalizar, os animais tem o direito mínimo a que todo o ser humano ressalva na Constituição, tanto na Declaração Universal de Bruxelas quanto na Constituição do Estado, que todo animal tem direito à questão nutricional, ambiental, sanitária, psicológica e comportamental. Esses são os cinco fatores básicos que os animais devem ter. E é muito alarmante ver que um em cada cinco animais está abandonado.

Para vocês terem ideia, eu estou falando sobre os animais em 2015, e, em 1500, Leonardo da Vinci declarou: “Chegará o dia em que todo homem conhecerá o íntimo dos animais. Nesse dia, um crime contra um animal será considerado um crime contra a própria humanidade”. Eu não consigo entender como existem pessoas que tratam... e têm aquele papo de que bicho é bicho, que bicho é algo como se fosse um objeto, algo que não tem relevância nenhuma. Eu quero aqui dizer mais uma vez que eu vou estar batendo semanalmente na tecla, como Vereador e como ser humano, de o quanto é fundamental termos respeito pelos animais, de o quanto é fundamental termos iniciativa para tentar resolver essas questões. Desde pessoal até coletivamente, criando projetos, eu quero ver se, este ano, encaminhamos mais projetos, melhoramos a SEDA, que já tem um grande trabalho. Amanhã eu vou lá na Secretaria para ver mais de perto, há um ônibus que recolhe diariamente animais da rua. Eu acho que é fundamental ter esse olhar, porque são aqueles que não têm nem como pedir. Obviamente, eu não comparo os animais aos seres humanos, na ótica de que há muita gente que passa por dificuldades enormes, mas seguramente os animais são aqueles que não têm a quem recorrer e,

---

pág. 24

---

muitas vezes, não têm nem como pedir ajuda. Então é fundamental que olhemos esse tema com o coração, com sensibilidade. Eu vejo as crianças... Ontem à noite, eu fui doar um animal, e a mãe dessa criança trabalha aqui, é nossa colega de Câmara. Eu fui lá levar, e tu vêes o amor que uma criança de 8 ou 9 anos tem por um animal. E, depois, parece que os adultos vão naturalizando, enfim, passam por cima, o animal está ali, muitas vezes, bichado... Eu já vi veterinário – e não que tenhamos que fazer de graça – se recusar a tratar um bicho. Eu já vi muitas pessoas – até da minha família – comentarem: “Rodrigo, isso é demais. Esse apego que tu tens pelos animais é demais, é algo que não existe”. Eu digo o seguinte, gente: enquanto eu viver, até o último dia de minha vida, podem certeza de que, assim como várias pessoas, os animais serão o centro de minha atenção. Em todo o investimento pessoal e político que eu tiver, os animais sempre estarão no centro da discussão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. LOURDES SPRENGER:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, tratar de animais sempre nos deixa mais sensíveis. Porém, temos visto, ao longo dos anos, muitos discursos sobre direitos dos animais, sobre sentimentos dos animais, mas, na prática, continuam os maus-tratos, continuam os abandonos e continuam os discursos! Na última revista sobre maus-tratos que recebemos aqui na Câmara, consta que nenhuma pessoa foi presa no Estado de São Paulo nos últimos cinco anos por maltratar animais. Também 643 foram autuados por esse crime, entre 2011 e 2012, período com dados mais recentes. Essa penalidade e essa autuação, se forem aplicadas, resultam em três meses a um ano de prisão, porém a pena é substituída por punição alternativa por se tratar de crime de menor potencial ofensivo. E lutamos, através do Congresso, para alterar artigos do Código Penal para que sejam mais severas essas punições, porque já tem estudos que demonstram que quem maltrata um animal maltrata também os humanos. Isso também se confirma, porque 90% desses agressores autuados eram homens, com idade média de 43 anos, e 31% deles tinham antecedentes criminais por outras violações. Já é tão difícil combater os maus-tratos aos humanos, mais ainda aos

---

---

animais, mas com um trabalho de guarda responsável - o que temos de implementar, à medida que se mantenha o controle populacional pela esterilização, pela identificação e por um cadastro municipal - nós teremos a chance de minimizar esses maus-tratos e esses abandonos, porque poderemos identificar os seus tutores.

Então, essa é a nossa luta. Inclusive, apresentamos um projeto aqui sobre um conselho municipal que envolveria a sociedade civil organizada, bem como os Conselhos de Biologia, Conselhos de Medicina Veterinária, mas foi vetado pelo Governo. Nós continuamos nessa luta com a Frente Parlamentar Porto Alegre sem Maus-Tratos aos Animais, na qual nos reunimos mensalmente trazendo autoridades, trazendo multiplicadores para que possamos minimizar esses casos.

Hoje, quando se trata de animais, não se trata de recursos que estamos retirando dos seres humanos. Temos um mercado bilionário de *Pet*, promissor pelos próximos 20 anos! São mais de 14 bilhões de lucros, gerados por meio das empresas de ração, laboratórios, estéticas caninas ou felinas; e em torno de 800 mil empregos indiretos são gerados. Impostos sobre todos esses serviços, sobre todos esses produtos ficam, hoje, numa rubrica só, ficam na rubrica de impostos, e nada é destinado diretamente aos animais. O que temos é um recurso que vem do Ministério da Saúde... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...para controle de zoonoses. Mas como é feito o controle de zoonoses em nível de municípios? Os testes são feitos, na maioria das vezes, em morcegos. O que sobra desses recursos de zoonoses pode muito bem ser pactuado, e algumas gestões fazem assim para o controle populacional pela esterilização. Se a esterilização é gratuita para quem não tem condições de pagar - não podemos ficar somente no Bolsa Família –, nós temos de ampliar para as pessoas que estão aposentadas e que não têm condições de pagar o preço de uma esterilização que, numa clínica particular, dependendo do peso do animal, ultrapassa, muitas vezes, o valor de R\$ 300,00. Se nós queremos o controle da população animal, se queremos aplicar bem os recursos públicos, nós temos que nos atrelar ao que a Organização Mundial da Saúde determina para o controle populacional. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Boa tarde. Quero cumprimentar o Ver. Mauro Pinheiro, Presidente da Câmara; os demais Vereadores e Vereadoras, o público que nos assiste. Ver. Cláudio Janta, V. Exa. veio a esta tribuna e fez uma colocação em relação ao Governo Fortunati, à base do Governo, relacionada à diminuição do número de cargos de confiança, que foi prometida. Eu me lembro muito bem, por presidir o Partido Progressista, que nós fizemos uma diminuição e consequente exoneração de 10% dos cargos de confiança, naquele momento. Depois disso, encaminhamos um projeto de lei da Fundação de Assistência Social e Cidadania, já em cima dessa diminuição. Nós votamos, aqui, no final do ano passado, a diminuição de quatro cargos de confiança na Fundação; já de acordo com o que o Prefeito havia determinado, dos 10%. A FASC tinha 47 cargos de confiança, e pela nova nomenclatura que temos aqui, hoje, ela tem 43. Então, pode até ser pequena a atitude, mas já aconteceu uma redução no número de cargos de confiança, valorizando os servidores públicos municipais através de Funções Gratificadas.

Hoje, venho aqui para fazer um agradecimento e desejar sucesso para a nossa Secretária Municipal de Tecnologia e Inovação - Inovapoa -, que é a Deborah Pilla Villela. A Deborah Villela está indo assumir um cargo no Governo do Estado, como Vice-Presidente da Procergs, e eu queria registrar, em nome do Partido Progressista, os nossos agradecimentos pelos cinco anos que a Deborah Villela se dedicou ao Inovapoa, começando como Assessora, depois como Secretária Adjunta e, no ano de 2011, assumiu a titularidade da Secretaria e estará, no dia 23 próximo, assumindo uma nova função, uma função importante como Vice-Presidente da Procergs. Nesse tempo em que a Deborah esteve à frente do Gabinete da Inovação e Tecnologia - Inovapoa, ela conseguiu criar a Lei Municipal da Inovação; também fez as bolsas do UniPoa, através da parceria do Ver. Nedel no projeto; também criou o Emprega UniPoa, que dá oportunidade aos jovens que terminam a universidade, através do bolsa Unipoa, a saírem empregados na área de tecnologia e inovação. Também construiu o Plano Municipal de Economia Criativa, a Feira de Descarte Tecnológico, também colaborou no processo e no projeto

---

das Cidades Resilientes, e também no programa Porto Alegre Startups, entre outras atividades que o Inovapoa construiu ao longo desses anos.

Então, o nosso agradecimento à Secretária Débora. Também ontem o Prefeito Fortunati anunciou a nomeação da Maria Fernanda Bermudez que dará continuidade ao projeto que vem sendo feito na cidade de Porto Alegre. Então eu fiz questão de vir aqui parabenizar e agradecer à nossa Secretária Débora que irá para um novo espaço, também tentando buscar, cada vez mais, a integração do Município de Porto Alegre, nessa área, com o Governo do Estado. O Partido Progressista manteve essa Secretaria importantíssima, de Inovação e Tecnologia, e estamos assumindo, através da Débora, a Vice-Presidência da Procergs. Não tenho dúvida nenhuma de que, para a cidade de Porto Alegre, na parceria com o Governo do Estado, nós teremos frutos de poder ter, nesses espaços, tanto municipal quanto estadual, na área de Inovação e Tecnologia. Sem dúvida alguma, nós vamos procurar, cada vez mais, estreitar essa relação para poder, cada vez mais, também, trazer inovação e tecnologia para a nossa Cidade e para o Governo do Estado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu já havia me pronunciado na tarde de hoje sobre a questão da aldeia dos índios Charrua, e estão conosco aqui a Cacica Acuab, as pessoas da comunidade – é um prazer recebê-los aqui na Câmara. Nós já havíamos falado aqui, Cacica, sobre a grave situação que ocorre neste momento na aldeia; na verdade, é uma situação absolutamente inaceitável. Os indígenas lutaram por nove anos, foi aprovado por esta Câmara o projeto de lei que incluía as áreas indígenas como parte da política habitacional, construído por um processo de mobilização e de luta da comunidade, mas, antes de tudo isso, seria necessária uma obra de infraestrutura no terreno para iniciar a política de habitação popular. Nós trouxemos as fotos do completo descaso e abandono por parte da Prefeitura e da empresa responsável pela obra na região. A obra deveria estar pronta desde o dia 7 de fevereiro e não só está em pleno estágio de construção como tem muito material

---

---

abandonado, ontem houve um curto-circuito porque uma das máquinas pegou na rede de energia elétrica, e a comunidade ficou mais de 24 horas sem luz. Na tarde de hoje, a comunidade está sem água, estão até sem curativo no posto de saúde, sequer um remédio simples, como um paracetamol, me falou a Cacica ontem, não tem nada para atender à comunidade. Olhem a situação do terreno. (Mostra fotografias.) A obra deveria já estar pronta! Eu já havia feito essa cobrança de maneira dura aqui desta tribuna, porque este é um País que massacrou os indígenas, que tem uma história marcada pelo sangue dos povos originários, daqueles que deram identidade ao nosso Brasil, que foi invadido pelos portugueses que, com barbárie, destruíram dezenas de tribos, milhares de indígenas. Nessa luta por uma reparação histórica, sequer uma demarcação dos territórios indígenas – ou quilombolas, no caso dos negros e negras, Ver. Delegado Cleiton –, que está prevista na Constituição Federal, sequer isso saiu do papel, muito embora esteja prevista na Constituição. E mais: ainda tem tentativa da bancada ruralista, de querer passar por cima dos indígenas e quilombolas, dos lutadores sem-terra, de rasgar a Constituição e não garantir um direito constitucional e uma conquista dos povos indígenas.

Eu já havia feito esse pronunciamento, e o Ver. Aírto Ferronato, Líder do Governo, tinha me respondido que estava articulando uma reunião entre o Prefeito Fortunati e os Charrua. Nós queremos essa reunião! Mas nós queremos que haja um compromisso com o povo Charrua, nós queremos que a Prefeitura cumpra a sua tarefa, que é ser responsável por essa obra. É dinheiro público, não pode estar no abandono completo, funcionando com poucas equipes. Vocês lembram bem a demora, por exemplo, de uma obra como a do túnel da Conceição; teve que ter muita cobrança para a Prefeitura fiscalizar uma obra milionária. Aqui nós estamos falando de R\$ 500 mil para uma obra que já deveria estar pronta desde o dia 7 de fevereiro, e não está nem na metade. Nós queremos o compromisso de que as nove habitações saiam do papel, porque o direito à moradia é um direito humano dos mais fundamentais. A primeira coisa que nós precisamos garantir para os brasileiros é a condição de dizer o seu CEP, de dar o seu endereço, de ter onde morar. Nós precisamos ter um posto de saúde que funcione para a comunidade.

Então, Presidente, eu quero, neste tempo que resta – eu sei que eu já havia me pronunciado, mas a comunidade não estava aqui –, garantir que haja essa interlocução. O

---

Presidente da Câmara, o Ver. Mauro Pinheiro, disse que pode, no final da Sessão, receber a comunidade para ouvir os problemas. Mas que haja um compromisso não só de receber o povo Charrua, o que está sendo articulado pelo Líder do Governo, mas o compromisso político com aqueles que construíram a história do Brasil, que foram massacrados pelos portugueses e que merecem reparação, memória e, ao mesmo tempo, políticas públicas de inclusão social.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. ELIZANDRO SABINO:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores; nós estamos hoje no dia posterior ao dia em que aprovamos aqui uma Moção de Solidariedade à família dos três Conselheiros Tutelares assassinados na cidade de Poção, no agreste pernambucano. Ontem tivemos um debate extremamente profundo a respeito, inclusive, do Estatuto da Criança e do Adolescente, o nosso famoso ECA. Obviamente, tem as suas celeumas, tem os seus questionamentos e, muitas vezes, posições contraditórias, antagônicas, cada um com um ponto de vista, com uma concepção, uma compreensão a respeito daquilo que é a doutrina da proteção integral. O Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza, em alto e bom som, que vem como instrumento de proteção a crianças de até 12 anos de idade incompletos e adolescentes de até 18 anos de idade incompletos. Na tarde de ontem, no momento da aprovação do primeiro Requerimento na Ordem do Dia, Requerimento de nossa autoria, que tratava dessa moção de solidariedade aos conselheiros tutelares, houve um debate muito profundo a respeito deste tema. Obviamente, venho a esta tribuna no sentido de agradecer aos colegas que, de forma unânime, votaram a favor do Requerimento; agradecer ao Ver. Kevin, que trouxe uma manifestação, até mesmo pela sua experiência como conselheiro tutelar, como presidente da FASC, e também aos outros Vereadores - ao Ver. Valter, que hoje já não está mais conosco, está na SMURB -, que aqui trouxeram a sua manifestação. O objetivo da utilização do período de Liderança neste momento é para falar que recebi, de ontem para hoje, algumas ligações de colegas conselheiros tutelares que efetivamente têm demonstrado a preocupação não somente pelo caso de

---

pág. 30

Poção, que abalou a comunidade conselheira, mas com a realidade do conselho tutelar em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul e obviamente no Brasil. Temos que travar uma discussão cada vez mais profunda a respeito dessa realidade, porque os conselheiros tutelares têm, de forma muito corajosa, enfrentado situações das mais adversas, e quando, muitas vezes, acionam a Brigada Militar para garantirem a sua integridade física, têm a negativa em virtude da demanda, da necessidade circunstancial de uma ocorrência policial. É nesse sentido, Sr. Presidente, que atendendo à ligação de alguns colegas que estão atuando na área de assistência social, estamos travando um debate através da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que presidimos aqui nesta Casa, e informar que nas próximas semanas estaremos fazendo uma relação de reuniões para tratarmos desse tema, que é tão importante. Ressalto que somente a integração da rede de atendimento da criança e do adolescente à rede integrada, agindo de forma eficaz, é que trará o resultado, que é a garantia do direito das nossas crianças e adolescentes.

É neste sentido, portanto, a minha manifestação, Sr. Presidente, agradecendo mais uma vez pela sua paciência e também por conceder este tempo de liderança do PTB para nos manifestarmos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Comunico aos Srs. Vereadores que hoje, na reunião de Líderes - em que estavam presentes os Vereadores Reginaldo Pujol e Kevin -, também participou a Associação dos Funcionários da Fazenda, Assimfaz; a Fazenda já fez contato com a Câmara. Portanto, no dia 5 de março, quinta-feira, às 10h30min, durante a reunião de Mesa e Lideranças, o Secretário da Fazenda estará presente para tratar do projeto de reestruturação da Fazenda.

**O Sr. Nereu D'Avila:** Sr. Presidente, só para informação: V. Exa. refere-se à uma Mensagem Retificativa, porque o projeto da Fazenda não chegou a ser apreciado, é isso?

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Ele não foi apreciado, está na CCJ.

**O Sr. Nereu D'Avila:** É que aquele primeiro projeto foi substituído por uma Emenda Retificativa. É essa que o Governo vem discutir no dia 5?

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Positivo, Vereador.

**O Sr. Nereu D'Avila:** Obrigado. Eu me ofereço também para ir a essa reunião, porque estou diretamente interessado.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Está convidado. O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; público que nos assiste aqui e pelo Canal 16, talvez esta seja a centésima vez, Presidente, que eu venho a esta tribuna, ao longo dos últimos anos, tratar deste assunto. Aqui em Porto Alegre, há muito tempo se fala nas questões de tombamento de prédios históricos, enfim, e eu não tenho dúvida – eu já disse e vou repetir – de que a importância arquitetônica e histórica de muitos tombamentos que aqui aconteceram ao longo desse tempo não chega perto do assunto que trago, certamente, pela 100ª vez.

Aqui está a sede do Grêmio Gaúcho. (Mostra fotografia.) Aqui nós temos 117 anos de história! Prefeito Fortunati, Vice-Prefeito Sebastião Melo, Secretário da Cultura Roque Jacoby, 117 anos de história! Sabem, senhores, o que eles disseram na justificativa do veto a um projeto de minha autoria, aprovado por esta Casa, que busca o tombamento? Entre algumas coisas sem fundamento, diz que “por fim, ressaltava ainda a manifestação da Secretaria Municipal da Cultura por meio da coordenação da Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural acerca da demasiada deterioração do bem”. Isso é um certificado, é a mesma coisa que dizer “eu sou um incompetente e assino embaixo”, porque eles estão dizendo aqui.

Por que nós propusemos esse projeto de tombamento e esta Casa aprovou? Porque eles deveriam ter tomado iniciativa. Também alegam vício de origem, que não seria competência deste Vereador ou desta Casa aprovar este projeto. Mas eles assinam que, devido ao estado demasiado de deterioração... O bem está deteriorado! Sabe por quê?

---

Porque os senhores e mais os outros antigos ficaram dormindo. Estão dormindo até hoje, por isso deteriorou. Agora, isto aqui está de pé. (Mostra fotografia.) Este prédio existe: na Avenida Dr. Carlos Barbosa com a Rua Bispo Laranjeira, Ruas Sepe Tiaraju e Niterói. Está lá o prédio. O que os senhores querem? Um piso com sinteco? Lajotas portuguesas? Pelo amor de Deus!

Aqui eu tenho o Estatuto de 1927, que diz o seguinte, lá no último artigo, art. 54 (Lê.): “No caso de dissolução, o seu patrimônio será incorporado ao da Intendência Municipal...” que é a Prefeitura.

Aqui eu tenho o Estatuto de 1954 também. Aqui eu tenho um laudo encomendado pelo Instituto Histórico Rio-Grandense, um laudo do Doutor em Arquitetura, Arquiteto Günter Weimer, onde ele diz que esse prédio foi construído pelo Arquiteto João Antônio Monteiro Neto. São dez laudas que justificam a importância do patrimônio material. Nós estamos buscando a preservação desse patrimônio material e imaterial!... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Esse projeto, essa é uma bandeira de João Cezimbra Jacques, de 1898. Lá iniciou tudo, lá é o marco, o início da defesa da cultura regional gaúcha, num período em que adentrava muito a cultura estrangeira. Pois esse visionário, João Cezimbra Jacques, liderou um grupo e embarcaram na história, tanto é que nós temos a cultura regional gaúcha cultuada em todo o mundo. E agora, aqui na Capital dos gaúchos, nós vamos deixar desmancharem um prédio que é o marco histórico para o Rio Grande do Sul – o Prefeito Fortunati e demais. Eu lamento profundamente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, pretendo ser rápido. Hoje, aqui presentes – e a Ver.<sup>a</sup> Fernanda já falou sobre isso –, o povo charrua e sua representante, a primeira Cacica Acuab e o amigo Sérgio. Nós, no ano retrasado, tratamos, na CUTHAB, sobre o tema da construção das moradias na Lomba do Pinheiro para a tribo Charrua. E lá, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, nós recebemos do DEMHAB a planta do que seria aquele espaço; inclusive, uma das casas com rampa de

---

acesso para cadeirantes. Visitei a área, ano passado, e fui muito bem acolhido; passamos uma tarde e início de noite lá, sempre muito bem tratados, e lá se criaram sonhos de transformação de uma realidade de luta. Até porque teve uma época em que a Cacica vivia aqui, pleiteando, trazendo a luta do povo indígena, com outra forma de reivindicar nos gabinetes, de reivindicar com cada um de nós, o direito à moradia.

Então, a partir desse momento, após a reunião da CUTHAB, nós recebemos, do DEMHAB, a informação de que as obras teriam início. Infelizmente, o que se vê lá é um total abandono, assim como falei, há pouco, do total abandono que o Governo passado deixou de herança do presídio. Infelizmente, nós estamos com essa aula parada, e creio que após uma conversa com o Ferronato nós teremos um apoio, porque sei do interesse do Prefeito Fortunati para a realização dessas obras.

Então eu vim aqui para reforçar, e diga-se de passagem, não o segundo projeto, Sérgio; nós temos que realizar a obra daquele primeiro projeto que nos foi apresentado: aquilo, sim, é moradia digna. Que demore um pouco mais, mas que se dê moradia através daquele primeiro projeto. Aquele, sim, estava à altura dos senhores; o segundo projeto não nos serve. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Eu queria pedir licença ao povo charrua, que nos acompanha na tarde de hoje. Por dois momentos já denunciei o verdadeiro descaso em que vivem os nossos indígenas da aldeia aqui em Porto Alegre. Mas eu queria tratar de outro tema que também é verdadeiramente escandaloso, que foi a votação na manhã de hoje, no Conselho Municipal de Transporte Urbano - Comtu, de mais um aumento abusivo da tarifa de ônibus. Nem preciso falar para os brasileiros e brasileiras sobre o verdadeiro escândalo que vem ocorrendo em todo o País depois das eleições. Todo mundo já recebeu a sua conta de luz e viu o aumento do custo da energia elétrica, o aumento da gasolina, e ao mesmo tempo o arrocho dos salários. A tal da política de austeridade, a política de ajuste fiscal, como diz o Ministro Joaquim Levy, o conhecido Joaquim mãos de tesoura, da escola neoliberal, da ideia de tirar do povo para seguir financiando os ricos, os

---

banqueiros, os privilegiados, essa conta tem caído nas costas dos trabalhadores. E agora, em Porto Alegre, mais um aumento escandaloso do custo da tarifa. Escandaloso por várias razões! Escandaloso porque, para começar, ele é ilegal, um sistema que funciona na ilegalidade, um verdadeiro cartel, oligopólio das empresas de transporte coletivo em Porto Alegre, que nunca foram licitadas. E não foi o PSOL que inventou a Constituição Federal, a lei de licitações, a lei municipal. Eu, como todos sabem, defendo, como princípio, a ideia de um transporte 100% público, um transporte municipalizado, que não tenha como objetivo o lucro. Mas, mesmo na lógica deles, é um verdadeiro acinte, é um deboche com o povo que o direito de ir e vir seja tratado como objeto de lucros milionários de meia dúzia que funciona sem contrato, sem licitação, à revelia de qualquer lei. É a mesma coisa, a mesma legalidade das vans ilegais que fazem transporte da Ilha da Pintada até o Centro de Porto Alegre.

Se qualquer porto-alegrense fizer um pedido de acesso à informação pública, requerendo os contratos do Município de Porto Alegre com as empresas de ônibus, vai receber a notícia de que não tem contrato. Isso é um escândalo! É um escândalo a venda de linhas de ônibus por dentro do sistema. Um exemplo: quando morreu o proprietário da Cambará, ele deixou no testamento, para a família, as linhas de ônibus de Porto Alegre. Um escândalo! É a mesma coisa que um funcionário público, ao morrer, deixar no testamento o seu cargo público. É uma concessão que é tratada como negócio privado, há 60 anos, no Município de Porto Alegre, pois nunca houve licitação. No ano passado, depois de uma determinação da Justiça, a Prefeitura foi obrigada a fazer licitação. Os empresários, no seu conluio, no seu clubinho, boicotaram deliberadamente a licitação, e, não contentes, não investiram em renovação da frota. Nós, numa combinação de luta da juventude e dos rodoviários e de uma ação jurídica e política da Bancada do PSOL, minha e do então Ver. Pedro Ruas, reduzimos a tarifa de ônibus de Porto Alegre, em 2013, pela primeira vez na história, numa combinação de luta, de auditoria do Tribunal de Contas e de uma ação política e jurídica da nossa Bancada. Os empresários pararam de fazer a renovação da frota, e nós vimos a depreciação dos ônibus, a perda da qualidade do transporte, somado com o massacre ao salário dos rodoviários. Agora, além de atuar na ilegalidade, além de uma planilha técnica... E eu digo técnica, entre aspas, aqui, porque temos que ser sinceros nesta tribuna. Uma planilha técnica que não descreve a margem de lucro dos empresários não é técnica, não é? Eles falam em 6%, que é o que prevê a planilha, e o

---

pág. 35

---

Tribunal de Contas chegou a identificar empresas ganhando 19%. E essa é a planilha técnica?! Numa combinação de um pedido mais alto, a EPTC baixa um pouquinho, vai para o Comtu, que é majoritariamente patronal, votam por ampla maioria o aumento da tarifa, não analisam a tarifa e a planilha do trabalhador, e, para completar, cancelam o aumento. E mais, o desgoverno do Fortunati bateu recorde: sancionou no mesmo dia o aumento da passagem, assim como em 2013. Porque antes eles demoravam, mas na tarde de hoje já sancionou essa ilegalidade! Nós continuaremos lutando nas ruas, junto com a juventude para que não haja aumento da tarifa, para que seja revogado, mais uma vez, o aumento. Já tem uma ação do PSOL tramitando no judiciário. Mas nós sabemos que o determinante para melhorar a vida do povo e para acabar com essa lógica de lucro para os ricos e privilégio para os milionários é a luta organizada do povo. Nós sabemos que essa ação de mobilização, uma luta independente, com grandes mobilizações e ações jurídicas e políticas são o que de fato pode conquistar, mais uma vez, a redução da tarifa na cidade de Porto Alegre. Em 2013, nós demos o exemplo para o Brasil, que ficou conhecido como a Jornada de Junho, com faísca no transporte e que pautou várias outras coisas. Está mais do que na hora do povo se levantar contra o tarifaço, contra o ajuste, contra o aumento abusivo da tarifa, lutar por melhores condições de vida para o povo e por mais impostos para ricos, milionários e grandes especuladores. Obrigada, Presidente. (Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, senhoras e senhores Vereadores, eu não pretendia falar, mas me sinto no dever de externar uma posição da mais absoluta discordância com a manifestação da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna. Acho que o silêncio da Casa diante de alguma manifestação pode ser entendido como cumplicidade. Acho que podemos legislar, propor todas as medidas que julgarmos adequadas e necessárias, mas tem algumas coisas que nós não vamos poder alterar, como a lei da gravidade, a lei da oferta e da procura, assim como não podemos contrariar regras absolutamente incompreensíveis pelas pessoas mais incultas, menos esclarecidas, que haverão de entender. Ora, eu não entendo por que escolheram os empresários do transporte como

---

sendo “a Geni da época”. Quer dizer, a Dilma aumenta em 40% a eletricidade, e fica por isso mesmo; o petróleo, e derivados, aumentam assustadoramente, mais de uma vez nesse período, e nada acontece; a gente pega a conta de energia elétrica e vê que 40% do valor dessa energia elétrica é imposto, e não há nenhum tipo de protesto; e quando se levantam os custos da manutenção do sistema de transporte coletivo da Cidade e se verifica que aumentou consideravelmente, desproporcionalmente, com a redução da utilização dos pagantes desses equipamentos, as pessoas falam: “vamos fazer um manifesto contra o aumento da passagem”. Por que não fizeram um movimento contra o aumento do petróleo? Por que não fizeram um movimento contra o aumento do óleo diesel, da eletricidade? Ora, tem cumplicidade com o Governo Federal? A oposição é só ao Governo do Município? Não! Vamos ser sinceros. Nós todos sabemos que custos não são inventados, são constatados. Alguém tem dúvida de que do último reajuste da tarifa até hoje os custos foram consideravelmente aumentados? Alguém tem dúvidas contra isso? Ninguém pode ter dúvidas, porque isso é um fato notório! Os aumentos, a volta da inflação, estão estampados todos os dias nos jornais da Cidade. E agora nós vamos fazer dos empresários do transporte coletivo “a Geni da época”, esquecendo que o Município de Porto Alegre também é empresário, na medida em que detém o controle da Companhia Carris de Porto Alegre, que é responsável por cerca de 35% dos transportados nesta Cidade, e que mês após mês precisa ter injeção de recursos do Município, que são gerados pelo pagamento de impostos, que todos nós pagamos, para poder se sustentar? Isso nos diz como é que as coisas acontecem. Ora, se a Carris, que é empresa do Governo, precisa desse socorro mensal, por que os outros têm que se sustentar com a gordura que não tem, com a gordura que pode ter tido um dia e que não tem mais? Por isso, quero, de peito aberto, dizer o seguinte: acho que é farisaico, é demagógico, é politicagem esses discursos unilaterais, contrários à fixação antecipada no valor das tarifas de Porto Alegre, que tem que ser ajustada à realidade socioeconômica, como forma de sustentabilidade de todos aqueles que estão envolvidos no esquema de transporte coletivo da Cidade. Por isso, Sr. Presidente, a minha discordância total, aberta, sincera, tranquila, escancarada nesse sentido. Não dá para se reinventar a roda... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h29min.)